

ESTUDO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZÔNIA

Ricardo Bentes KATO

KATO, Ricardo Bentes. **Estudo do Perfil Profissional dos Egressos do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Integrada Brasil Amazônia**. Projeto de investigação científica do Curso de Administração – Faculdade Integrada Brasil Amazônia, Belém, PA, 2013.

A formação do ensino superior no Brasil teve um comportamento atípico da América. Os espanhóis fundaram as primeiras universidades ainda no século XVI, as quais eram instituições religiosas, mas esse processo teve início apenas no século XIX, com cursos de Direito (um em Olinda e outro em São Paulo) (SOARES, 2002). As primeiras faculdades (Medicina, Direito e Politécnica) eram totalmente independentes uma das outras, e, apesar de inúmeras propostas, nenhuma universidade fora criada até 1920, a não ser a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1931, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde, que aprova o Estatuto das Universidades, que,

entre outras medidas, orienta as instituições poderem ser públicas ou particulares e terem, pelo menos, três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Esse estatuto durou até 1961. Durante a Nova República, foram criadas 22 novas universidades federais e nove religiosas. Esse período foi marcado também pela consolidação do novo modelo industrial brasileiro, o que fez com que explodisse a demanda por cursos pela sociedade. Outro fator motriz desse período foi a maior participação da mulher na sociedade, representado pelo aumento das matrículas femininas em cursos como Filosofia e Pedagogia. Na década de 60, foi finalmente aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Essa reconheceu e concedeu expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior. A nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior, porém a pesquisa continuava em segundo plano. O ensino era o pilar central do sistema. Com o golpe militar, as discussões passaram a ser dentro dos gabinetes e, somente em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma

Universitária (Lei nº 5540/68), que criou os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico, dentre outras inovações. A partir de então, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando as respectivas chefias a terem caráter rotativo. Essa lei estabeleceu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica. Essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. Com o crescimento da demanda por vagas, a década de 70 experimentou o aumento do número de faculdades particulares, principalmente nos principais centros econômicos, chegando a 1981 com 65 instituições particulares. Com a constituição de 1988, ficou determinado que 18% da receita anual resultante da cobrança de impostos seriam gastos com educação, além de ter sido reafirmada a separação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades. Em 1996, outro marco histórico na educação superior brasileira foi a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Essa nova Lei introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e credenciamentos ao desempenho mensurado por essa avaliação. Em caso de serem apontadas deficiências, essa lei estabeleceu um prazo para saná-las. Caso isso não ocorresse, poderia haver descredenciamento das IES. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, uma série de reformas começou a ocorrer no Brasil, entre elas: novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, desnacionalização da economia brasileira, transformação da estrutura do mercado de trabalho, terceirização e reforma do Estado. Nesse novo contexto, inseriu-se este projeto de investigação científica, que visou a analisar o perfil dos egressos do Curso de Bacharelado em Administração, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia –FIBRA, quanto às dimensões: acadêmicas, profissionais e econômicas e, assim, poder contribuir com uma metodologia embasada em um estudo de caso. Segundo o censo de 2010 (INEP, 2011), o Brasil possui 2370 instituições de ensino superior, sendo 2099 privadas,

com 6.379.299 alunos matriculados, dos quais 4.736.001 em regime presencial. Quanto à evolução das matrículas, essas mais que dobraram em 10 anos. Na região norte, saiu-se de um patamar de 4,7% para 6,5% de matriculados em um curso superior presencial entre os anos de 2001 e 2010. A democratização e a globalização do ensino superior permitiram um acesso mais amplo à população, porém fica a preocupação de que os alunos estejam experimentando a ascensão profissional esperada antes do ingresso ao curso superior, preocupação essa que vai permear este projeto de investigação. Segundo o exposto, cresce a preocupação com a qualidade do ensino e com o fato de que os alunos então formados assumem o papel de que o mercado necessita, ou se se mantêm estagnados em suas posições anteriores à obtenção do diploma. O estudo teve como amostra alunos egressos do Curso de Administração da Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA. A caracterização desses egressos permite identificar pontos a serem melhorados na graduação e na pós-graduação, além de permitir verificar se o Curso está atendendo às expectativas tanto do aluno quanto do mercado, servindo como base para tomada de decisão gerencial e acadêmica do Curso e até mesmo da

instituição. A pesquisa tem a natureza quali-quantitativa, a qual se iniciou com a elaboração dos questionários, envolvendo três dimensões: dimensão acadêmica para verificar como o egresso percebeu o seu Curso de graduação, além de verificar se ele deu continuidade a seus estudos; dimensão econômica para avaliar se o Curso trouxe melhoria econômica financeira ao egresso; e dimensão profissional para dimensionar se o Curso proporcionou ascensão profissional ao egresso. Após a elaboração dos questionários, foi feito um levantamento junto ao banco de dados da FIBRA com o objetivo de obter os contatos (telefone e e-mail) dos egressos e selecionar uma amostra para aplicação dos questionários. Os dados coletados foram tabulados, aplicando-se técnicas de estatística descritiva com o auxílio do programa Microsoft Excel. Foram elaborados gráficos de colunas com as respectivas frequências relativas das respostas obtidas, com amplitude de 0 a 100% e intervalo de 20%. Com os dados referentes à dimensão acadêmica, verifica-se que 72% dos alunos concluíram o Curso dentro do prazo mínimo de oito semestres, com 22% concluindo em quatro anos e meio e 6% em cinco anos. Não houve ocorrência de egressos que concluíram em mais de 10 semestres sua

graduação. Quanto ao número de dependências, os resultados foram satisfatórios, com 56% dos egressos sem nenhuma dependência, não havendo incidência de mais de três dependências apenas. Foi observado que 50% dos entrevistados participaram de algum projeto, destacando o “Projeto Integrador” do Curso, e que a biblioteca e laboratório de informática foram os locais mais frequentados fora a sala de aula. Quanto ao índice de satisfação dos egressos, 45% dos entrevistados não identificam a aplicabilidade do que aprendeu na sua graduação com suas atividades profissionais, dos quais 28% apontaram discrepância entre o que a IES repassou com a prática de mercado e disseram estar decepcionados com o Curso, e que, se pudessem, não fariam Administração novamente. As principais dificuldades apontadas referem-se à natureza das disciplinas, em 56%, e ao relacionamento com os professores, em 22%. Sobre o interesse em continuar os estudos após a graduação, apenas a metade deu continuidade em uma especialização, e nenhum ingressou em um programa de mestrado. Apenas 29% prosseguiram seus estudos na FIBRA e os principais motivos para não continuarem na IES apontados foram o preço e a vontade de conhecer

outra IES e novos professores. Um percentual de 61% informou que as provas eram dentro do nível esperado, e de 22% disse que as provas eram difíceis, porém 42% destacaram que foi difícil a conclusão da graduação. Quanto à dimensão profissional, 39% dos entrevistados disseram que estavam desempregados antes da graduação, e 50% revelaram que desempenhavam atividades operacionais. Nessa etapa do estudo, 61% dos entrevistados revelaram que a graduação lhes trouxe ascensão profissional, índice que serve como incentivo para se cursar uma graduação. Quanto ao tipo de ascensão experimentado, a maioria ascendeu para cargos de gerência. Dos que estavam desempregados no momento da conclusão do Curso, a maioria conseguiu emprego em até seis meses após. Um ponto alarmante verificado diz respeito ao fato de que a metade dos entrevistados não trabalha como administrador. Quanto à dimensão econômica, a pesquisa apresentou que a maioria dos entrevistados ou trabalhava para pagar, ou os pais custeavam os estudos. O percentual de 56% percebeu uma melhoria salarial em seus vencimentos, após a conclusão da graduação, de até 40%. Mesmo com os pontos positivos anteriormente citados, a grande

maioria não estava satisfeita com a sua remuneração. É preciso serem investigadas as faixas salariais pagas pelas empresas, se existe um piso salarial para o administrador e se esse é cumprido. Quanto às expectativas, a maioria está satisfeita com o que conseguiu após a graduação. O percentual de 61% considera que o Curso preparou bem para o mercado, e o de 39% pondera que teve muita dificuldade e que não estava preparado para trabalhar com administração ao sair da Faculdade. A metodologia mostrou-se eficaz quanto ao objetivo da pesquisa. No que se refere à dimensão acadêmica, o desempenho geral dos ex-alunos foi bom. A dificuldade encontrada deu-se a quando do ingresso ao Curso, o que é esperado. Ao concluir este trabalho, sugere-se: revisão na matriz curricular como forma de correlacionar a teoria com a prática; criação de novas disciplinas com tendências do mercado; maior atuação dos estágios supervisionados, como ferramenta de ligação entre a teoria e a prática; e aumento do incentivo à pesquisa durante a graduação.

Palavras-chave: Egressos. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. Curso de Administração.

REFERÊNCIAS

INEP. Censo da Educação Superior 2010. Outubro, 2011.

SOARES, M. A. A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. Porto Alegre – RS. 2002.